Prefácio

Jairnilson Paim

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PAIM, J. Prefácio. In: NUNES, T. C. M. *Democracia no ensino e nas instituições: a face pedagógica do SUS* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007, pp. 9-11. ISBN: 978-85-7541-530-6.

Available from: doi: [10.7476/9788575415306](https://doi.org/10.7476/9788575415306). Also available in ePUB from:

<http://books.scielo.org/id/7p3wt/epub/nunes-9788575415306.epub>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Prefácio

Democracia no Ensino e nas Instituições trata de uma questão extremamente atual e desafiadora: como contribuir na formação de sujeitos comprometidos com a defesa, proteção, manutenção e promoção da saúde de uma coletividade?

Esta questão encerra, em primeiro lugar, uma esperança e uma consciência crítica. Esperança de que a pedagogia, o trabalho do educador e a escola possam ajudar na constituição de novos sujeitos. Consciência de que ninguém forma ninguém, ninguém educa ninguém, de que os educadores precisam, também, ser educados. Em segundo lugar, a pergunta aventa a possibilidade de um compromisso desses sujeitos com a vida e a saúde de uma população evitando, propositadamente, chamá-los de sanitaristas, profissionais ou trabalhadores de saúde. Insinua, por outro lado, que o comprometimento com tais ações implica tomar partido pela vida e pela emancipação das pessoas diante dos modos de vida, do Estado e dos modos de produção econômica.

Tânia Celeste tem dedicado inteligência, afeto, trabalho e compromisso à causa dos chamados 'recursos humanos em saúde'. Como professora, dirigente estadual e nacional dessa área, diretora de escola técnica, vice-presidente da Fiocruz, pesquisadora, militante do movimento da Reforma Sanitária e coordenadora de grupo de trabalho da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), a autora é uma das pessoas mais qualificadas da saúde coletiva na temática da educação e do trabalho em saúde. Ao revisar um momento de inflexão da saúde pública e de politização da saúde no Brasil, analisa, neste livro, projetos desenvolvidos por duas escolas do sudeste, como 'traçadores' das mudanças na formação de profissionais voltados para a saúde da coletividade em instituições hipercomplexas.

O livro contém algumas lições: a) mesmo durante a vigência de uma ditadura, é possível conceber políticas alternativas; b) mais importante que

definir uma 'imagem-objetivo' é iniciar processos (como ensinam Francisco Assis Machado, o Chicão do projeto Montes Claros, e o pensador argentino Mario Testa); c) a dialética do instituído-instituinte pode ser bem explorada por sujeitos constituídos em um dado projeto.

Assim, a resistência contra o autoritarismo e o movimento de democratização da saúde possibilitaram a construção de um projeto com dupla face: a saúde coletiva, de um lado, e a Reforma Sanitária brasileira, de outro. A primeira, construída a partir de uma crítica radical à medicina preventiva, à saúde comunitária e à saúde pública institucionalizada. E a segunda, a Reforma Sanitária, como expressão da luta pelo direito à saúde e como proposta de mudanças sociais diante da deterioração das condições de saúde da população brasileira nos anos do 'milagre econômico' e da crise das políticas privatizantes, não superada pelos programas especiais e pela Lei n. 6.229/75 que pretendiam organizar o Sistema Nacional de Saúde.

Portanto, a inspiração para tal projeto não partia de um propósito de renovação da saúde pública convencional, à imagem e semelhança do Estado burocrático-autoritário de então, mas dos princípios e utopias da medicina social do século XIX, de acordo com Rudolf Virchow, defendendo um Estado democrático e mudanças da organização econômica e social para a garantia do direito à saúde e melhoria das condições de vida.

Esta vertente crítica era alimentada pela produção teórica originária de alguns departamentos e programas de pós-graduação de medicina preventiva e social e, posteriormente, por escolas de saúde pública. Nesse particular, o livro destaca a importância do acolhimento, pela então Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz), de docentes do Departamento de Medicina Social de Campinas, perseguidos por motivos políticos, que deram vida ao Programa de Estudos Econômicos e Sociais (Peses) financiado pela Finep.

Cabe destacar o olhar sobre o projeto Saúde Coletiva/Reforma Sanitária brasileira para além do ângulo das políticas e dos movimentos sociais, ampliando-o para o ensino e suas relações com os serviços e o mercado de trabalho, ainda que o foco tenha-se concentrado em apenas duas escolas. É possível identificar convergências e distinções entre as duas experiências e considerar certos movimentos mais progressistas ou conservadores no interior do aparelho escolar, em função das demandas dos serviços de saúde e da dinâmica da sociedade brasileira. Nesse aspecto, o movimento crítico da medicina social deve ter contribuído para fazer a diferença entre as duas experiências.

A medicina social emergente na América Latina, estimulada por Juan Cesar Garcia a partir do Programa de Recursos Humanos, da Organización Panamericana de la Salud (OPS), tomou impulso com a Reunião de Cuenca, sobre Aspectos Teóricos das Ciências Sociais, e com a criação dos mestrados inovadores de Medicina Social no México e no Brasil (Xochimilco e Instituto de

Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – IMS/Uerj), com os encontros realizados em Washington e, especialmente, com a crítica à medicina preventiva elaborada por Sergio Arouca em 1975. Esse movimento propiciou uma luta teórica contra o preventivismo e contra a saúde pública institucionalizada, criando os alicerces para a saúde coletiva produzir, posteriormente, delimitações conceituais, teóricas e políticas que pretendem superar o sanitarismo estruturado no Brasil. Daí as distinções entre o campo da saúde coletiva, como braço acadêmico do projeto da Reforma Sanitária, e a saúde pública ‘flexner-rockefelleriana autoritária’, centrada inicialmente no modelo de ensino da universidade Johns Hopkins e, presentemente, nas concepções dos Centers for Disease Control and Prevention (CDC) e do Departamento de Estado americano. Mais do que revisar as bases teóricas e práticas da saúde pública tradicional fincadas no higienismo, na polícia sanitária, no campanhismo e nos programas verticais, o campo da saúde coletiva aponta para rupturas teóricas e políticas diante da crise da saúde pública. A autora apresenta evidências de que a Ensp destacou-se, no período estudado, por promover uma maior aproximação da saúde pública com a medicina social.

Portanto, este livro pode reforçar uma interpretação assentada no reconhecimento de um movimento de renovação da saúde pública no Brasil, sob a denominação de saúde coletiva. Alternativamente, porém, pode favorecer a compreensão da saúde coletiva como um campo científico e um âmbito estruturado de práticas sociais, não como mera denominação capaz de ocultar as limitações da saúde pública. Em vez de a medicina social se ver reduzida a uma colaboração com o ensino de saúde pública, mas sendo absorvida ou cooptada pelo sanitarismo predominante, talvez fosse possível apostar nos seus componentes contra-hegemônicos que impulsionaram o desenvolvimento da saúde coletiva latino-americana, constituindo novos sujeitos sociais que representem a antítese à saúde pública institucionalizada.

Nessa perspectiva, a saúde coletiva é mais que uma expressão cunhada por brasileiros, acolhida no hemisfério Sul e questionada no Norte. É um campo científico em construção, produzindo conhecimentos e reflexões teóricas e epistemológicas, aberto a novos paradigmas e, simultaneamente, um âmbito de práticas comprometidas com a emancipação, a solidariedade e a democratização da saúde. Esta, seguramente, representa uma das leituras possíveis deste livro. Ao mesmo tempo pode indicar a aposta em uma ‘pedagogia da autonomia e da esperança’, vislumbrada por Paulo Freire, desde que nos orientou para a ‘educação como prática da liberdade’.

Jairnilson Paim

*Professor titular do Instituto de Saúde Coletiva
da Universidade Federal da Bahia*